

PUBLICADO NO MURAL

Em: 13/04/2026

Lei Municipal 183/1997

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 13/2026

PRORROGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 707/2026

Ampla Participação

Órgão: Município de Nova Brasilândia D'Oeste, RO; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO; Valor estimado: R\$ 1.863.093,78 (um milhão, oitocentos e sessenta e três mil e noventa e três reais e setenta e oito centavos); Data da sessão: sessão que estava inicialmente marcada para o 15 de abril de 2026, **fica prorrogada para o dia 30 de abril de 2026 às 09h (horário de Brasília)**, em virtude da adequação do Termo de Referência; **Local de realização do certame:** www.licitanet.com.br; Do edital: O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site supracitado no site da Prefeitura www.novabrasilandia.ro.gov.br – “Transparência Municipal” e <https://www.gov.br/pncp/pt-br> Portal Nacional de Contratações Públicas; Informações: Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3418-2239 ou no e-mail cpl@novabrasilandia.ro.gov.br.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 13/042026

Melissa de Cássia Barbieri

Pregoeiro – Port. 306/2025





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026 - PRORROGAÇÃO

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: **dia 30 de abril às 09h (horário de Brasília)**, no sítio <https://licitanet.com.br/>

Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: **27/04/2025.**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Valor Total Estimado: R\$ 1.863.093,78 (um milhão, oitocentos e sessenta e três mil e noventa e três reais e setenta e oito centavos)

Registro de Preços:	Vistoria:	Instrumento contratual:
Sim	Não	Ata de Registro de Preço / Ordem de fornecimento
Forma de Adjudicação:	Modo de Disputa:	Intervalo mínimo entre lances:
Menor Preço Global	Aberto	R\$ 0,01

Os documentos de habilitação são os solicitados no item 8.4 ao item 8.24 do Termo de Referência, Anexo I do Edital

Licitação Ampla?	Reserva Cota ME/EPP?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?
Sim	Sim	Não	Não

Prazo para envio da proposta definitiva: 02 (duas) horas após convocação do Pregoeiro; e

Prazo para envio dos documentos de habilitação: 02 (duas) horas após convocação do Pregoeiro.

Telefone para contato: (69) 3418-2239

E-mail: cpl@novabrazilandia.ro.gov.br

Página 1 de 45



Rua Riachuelo, 2552, Setor 14, CEP: 76.958-000 – Nova Brasilândia D'Oeste/RO
Telefone/fax: (69) 3418-2239
www.novabrazilandia.ro.gov.br



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EFAZENDA
CENTRALPERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

--	--

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
11. DOS RECURSOS	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

(Processo Administrativo nº **707/2026**)

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, por meio da Central Permanente de Compras, sediado na Rua Riachuelo, 2552, Setor 14, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Decretos Municipais nº 1.537/2023, 1.538/2023 e 1.544/2023, de forma subsidiária o Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

1.2. A licitação será dividida por Global, conforme tabela constante do Anexo V deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema LICITANET – Licitações On-line. Site <https://licitanet.com.br/>

3.1.1. Qualquer dúvida em relação ao acesso na Plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: (34) 2512-6500 - opção 2 ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br

3.1.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias	Avulso
R\$ 143,00	R\$ 260,00	R\$ 395,00	R\$ 629,00	R\$ 98,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRALPERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

3.1.3. A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com o Município de Nova Brasilândia D'Oeste (TERMO DE ADESÃO)

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A presente licitação destina-se a **ampla participação e cota reserva**, conforme descrito no Anexo V do Edital.

3.5.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.5.2. **Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço. Deste modo, caso tal condição ocorra, no envio da proposta final, as licitantes observarão este item.**

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio - a vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequenos vultos, não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.





3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata o item 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca, exceto para obras e serviços

5.1.3. Fabricante, exceto para obras e serviços

5.1.4. Quando a licitante for a fabricante do produto, informará nos campos marca e fabricante "marca própria"

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato





cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o constante na tabela constante na página 1 deste edital.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.9.1. Na hipótese de erros de digitação dos valores, o licitante poderá solicitar mediante funcionalidade disponibilizada no sistema a exclusão do seu lance, o que será avaliado pelo Pregoeiro.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. A presente licitação está adotando para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Declaração de apresentada, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EFAZENDA
CENTRALPERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.2.5. Caso não seja atendido nenhum dos critérios estabelecidos será realizado sorteio por meio da plataforma.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. O pregoeiro poderá solicitar ainda em complementação à proposta "FOLDERS"/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS, CATÁLOGOS/MANUAL EM PORTUGUÊS dos produtos ofertados OU ENDEREÇO ELETRÔNICO COM O LINK, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20.6.1. Estando o chat fechado para envio de mensagens as licitantes poderão enviar sua solicitação no e-mail descrito no preâmbulo deste edital.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, quando se tratar de recursos estaduais (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>); e

7.1.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

- 7.2. A consulta ao cadastro do item 7.1.5 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. As consultas referidas nos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.5 poderão ser substituídas pela consulta no Cadastro Consolidado destas informações, mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.10. Não será exigido a apresentação de amostra para no presente certame.





8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos solicitados no Termo de Referência para fins de habilitação serão enviados mediante funcionalidade disponível na plataforma do Licitanet na opção HABILITANET.

8.4.1. O prazo para envio dos documentos de habilitação é de 2h, podendo ser prorrogado nos termos do item 6.20.6 deste edital.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. As declarações descritas nos itens anteriores serão assinaladas na plataforma do licitanet no momento do cadastramento da licitação pelo licitante e serão consultadas pelo Pregoeiro e inseridas no processo licitatório, dispensando os licitantes do seu envio.





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

8.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13. A verificação no CRC ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.





9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio da Transparência Municipal (<https://transparencia.novabrasilandia.ro.gov.br/>) e Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.





10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.2.1. a intenção de recurso será oportunizada em um único momento

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados. A solicitação para acesso ao link do processo será realizada por meio do e-mail cpl@novabrasilandia.ro.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e





12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.





12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por intermédio da plataforma de realização do certame (Licitanet), por meio do seguinte endereço: <https://licitanet.com.br/processos/1/JmNvZFN0YXRIPTlxJmNvZENpdHk9NDM3NA>.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.





14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial do município e no site da plataforma de realização do certame, nos seguintes endereços eletrônicos, respectivamente: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>; <https://transparencia.novabrazilandia.ro.gov.br/portaltransparencia/1/licitacoes>; e <https://licitanet.com.br/processos/1/JmNvZFN0YXRIPTIxJmNvZENpdHk9NDM3NA>.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 14.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Final
 - 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.11.4. ANEXO IV – Modelo de Ordem de Fornecimento
 - 14.11.5. ANEXO V – Preço De Referência E Especificações





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

Nova Brasilândia DOeste, 26 de março de 2026.

(Assinado eletronicamente)

Melissa de Cássia Barbieri
Pregoeira
Port. 306/GP/2025





ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Estes documentos serão disponibilizados às empresas após aprovação do Edital e será inserido no Portal da transparência, portal do Licitanet e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DEFINITIVA

LICITANTE: _____
C.N.P.J.: _____ TEL/FAX: _____ E-MAIL: _____
ENDEREÇO: _____
C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____
CART. DE IDENT./ORGÃO EXP.: _____ CPF: _____

DADOS DO PREPOSTO DA EMPRESA:

Nome: _____
Endereço: _____
E-MAIL: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº.: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total.
1	Preencher de acordo com os itens vencidos no certame					

Valor Total dos Itens da Proposta: _____ (_____).

Prazo de validade da Proposta: 90 dias.

Prazo para entrega ou execução dos serviços: O prazo de entrega e local são os definidos no Anexo I do Edital.

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de Pregão Eletrônico 13/2026e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para execução do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaro ainda que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto a esse Município.

CARIMBO CNPJ

_____ de _____ de _____.

Assinatura e nome legível do proponente





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EFAZENDA
CENTRALPERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

								validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração permitidas pela legislação que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.





4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.6. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.11. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.





- 5.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do município.
- 5.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.8, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.15. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.16. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.4. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.





7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.6 e no item 7.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 78, do Decreto Municipal nº 1.538, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 75 e 76, ambos do Decreto Municipal nº 1.538, de 2023.





9. DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.3. É da competência do órgão ou entidade participante a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 67º, inc. VIII, do Decreto Municipal nº 1.538, de 2023).
- 9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, em ____/____/____

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

ANEXO IV – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº ____ - ____ / ____

PROCESSO Nº 707/2026

LICITAÇÃO: 13/2026

NOTA DE EMPENHO: ____ / ____

CONTRATANTE: Município de Nova Brasilândia D'Oeste-RO

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, na pessoa de seu representante legal, Senhor _____, que pode ser localizado no endereço: _____.

Endereço Eletrônico: _____

Por meio do presente fica a empresa CONVOCADA para o fornecimento de _____, em conformidade com o objeto descrito na Proposta Comercial de fls. _____ dos autos em epígrafe e Nota de Empenho - mencionada acima.

Item	Especificação Técnica	Marca	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Setor/servidor responsável: _____.

Contato: _____ Telefone: (69) 3418-2239.

Local de entrega (OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS): Descrever o local, conforme Termo de Referência.

Horário para entrega: 07h30min às 13h30min.

Prazo de entrega (OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS): conforme Anexo I do Edital

Penalidades: Conforme termo de referência.

Expedida em: ____ / ____ / ____

Recebida em: ____ / ____ / ____

Secretaria

Representante da contratada





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRALPERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

ANEXO V – PREÇO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES

Ordem	Especificação	Unida de	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total (R\$)
1	Material Paradidático - Educação Infantil - Creche II, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contendo atividades pedagógicas lúdicas e progressivas voltadas ao desenvolvimento cognitivo, social, motor e emocional da criança. A solução deverá contemplar material do aluno, manual do professor, recursos pedagógicos complementares e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material paradidático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material paradidático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. Plataforma educacional digital integrada, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionadas ao universo educacional.	UNID	55	R\$ 412,00	R\$ 22.660,00
2	Material Paradidático - Educação Infantil Creche III - Material paradidático estruturado para Educação Infantil – Creche III, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da BNCC, contendo atividades pedagógicas progressivas, recursos visuais e	UNID	113	R\$ 527,55	R\$ 59.613,15





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	propostas didáticas adequadas à faixa etária, contemplando material do aluno, manual do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.				
3	Material Paradidático Educação Infantil Pré I, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da BNCC, contendo atividades voltadas ao desenvolvimento da linguagem, coordenação motora, raciocínio lógico e socialização, incluindo material do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução	UNID	192	R\$ 694,38	R\$ 133.320,96





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.				
4	Material Paradidático - Educação Infantil - Pré II - para Educação Infantil – Pré II, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da BNCC, contendo atividades pedagógicas que favoreçam a preparação para o processo de alfabetização, incluindo material do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.	UNID	286	R\$ 762,37	R\$ 218.037,82
5	Material Paradidático - Ensino Fundamental – Português e Matemática 1º Ano, destinado ao processo de alfabetização, composto por material consumível do aluno, com abordagem sistematizada para o desenvolvimento da leitura e escrita, contemplando atividades de consciência fonológica, formação de palavras, leitura e produção textual,	UNID	335	R\$ 887,63	R\$ 297.356,05





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	alinhadas à BNCC, incluindo material do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático do 1º ano do Ensino Fundamental, contendo orientações pedagógicas para o processo de alfabetização, planejamento das aulas, respostas comentadas das atividades e estratégias metodológicas alinhadas à BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.				
6	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 2º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades voltadas ao desenvolvimento da leitura, interpretação textual e raciocínio lógico, alinhadas à BNCC. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 2º ano do Ensino Fundamental, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas das atividades e sugestões metodológicas. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação,	UNID	260	R\$ 660,12	R\$ 171.631,20





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EFAPAZ
CENTRALPERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica.				
7	<p>Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 3º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, interpretação textual e resolução de problemas matemáticos.</p> <p>Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 3º ano do Ensino Fundamental, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias de ensino. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos</p>	UNID	260	R\$ 660,12	R\$ 171.631,20





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.				
8	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 4º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, interpretação textual e resolução de problemas matemáticos. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 4º ano do Ensino Fundamental, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias de ensino. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica	UNID	270	R\$ 660,12	R\$ 178.232,40





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.				
9	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 5º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades voltadas à consolidação das habilidades da BNCC e preparação para avaliações externas. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 5º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias de avaliação da aprendizagem. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica	UNID	250	R\$ 660,12	R\$ 165.030,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.				
10	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 6º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com conteúdo organizados por unidades pedagógicas e atividades de interpretação textual e resolução de problemas matemáticos. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 6º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e encaminhamentos didáticos. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de	UNID	160	R\$ 660,12	R\$ 105.619,20





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.				
11	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 7º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com conteúdo progressivos voltados ao desenvolvimento das competências da BNCC. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 7º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias metodológicas. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	UNID	150	R\$ 660,12	R\$ 99.018,00
12	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 8º Ano do Ensino Fundamental,	UNID	165	R\$ 660,12	R\$ 108.919,80





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades de interpretação textual, análise linguística e resolução de problemas matemáticos. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 8º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e orientações metodológicas. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.				
13	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 9º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades pedagógicas voltadas à consolidação das aprendizagens e preparação para avaliações externas.	UNID	200	R\$ 660,12	R\$ 132.024,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

	<p>Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 9º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias metodológicas para consolidação das aprendizagens. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.</p>				
--	--	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

TERMO DE REFERÊNCIA - MATERIAL PARADIDÁTICO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a **formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de material paradidático estruturado**, destinado ao atendimento da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e II (6º ao 9º ano) da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, compreendendo material consumível do aluno, manual do professor correspondente, bem como recursos pedagógicos complementares, incluindo suporte pedagógico, formação continuada de professores e acesso a plataforma educacional digital integrada, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação será realizada por meio de **pregão eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços**, conforme quantitativos, especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste instrumento.

Ordem	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total (R\$)
1	Material Paradidático - Educação Infantil - Creche II, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contendo atividades pedagógicas lúdicas e progressivas voltadas ao desenvolvimento cognitivo, social, motor e emocional da criança. A solução deverá contemplar material do aluno, manual do professor, recursos pedagógicos complementares e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material paradidático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material paradidático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. Plataforma educacional digital integrada, a empresa contratada deverá manter	UNID	55	R\$ 412,00	R\$ 22.660,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

	durante a vigência do contrato um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionadas ao universo educacional.				
2	Material Paradidático - Educação Infantil Creche III - Material paradidático estruturado para Educação Infantil – Creche III, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da BNCC, contendo atividades pedagógicas progressivas, recursos visuais e propostas didáticas adequadas à faixa etária, contemplando material do aluno, manual do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.	UNID	113	R\$ 527,55	R\$ 59.613,15
3	Material Paradidático Educação Infantil Pré I, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da BNCC, contendo atividades voltadas ao desenvolvimento da linguagem, coordenação motora, raciocínio lógico e socialização, incluindo material do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução	UNID	192	R\$ 694,38	R\$ 133.320,96



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

	educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.				
4	Material Paradidático - Educação Infantil - Pré II - para Educação Infantil – Pré II, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da BNCC, contendo atividades pedagógicas que favoreçam a preparação para o processo de alfabetização, incluindo material do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.	UNID	286	R\$ 762,37	R\$ 218.037,82
5	Material Paradidático - Ensino Fundamental – Português e Matemática 1º Ano , destinado ao processo de alfabetização, composto por material consumível do aluno, com abordagem sistematizada para o desenvolvimento da leitura e escrita, contemplando atividades de consciência fonológica, formação de palavras, leitura e produção textual, alinhadas à BNCC, incluindo material do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático do 1º ano do Ensino Fundamental, contendo orientações pedagógicas para o processo de alfabetização, planejamento das aulas, respostas comentadas das atividades e estratégias metodológicas alinhadas à BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento	UNID	335	R\$ 887,63	R\$ 297.356,05



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

	técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.				
6	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 2º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades voltadas ao desenvolvimento da leitura, interpretação textual e raciocínio lógico, alinhadas à BNCC. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 2º ano do Ensino Fundamental, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas das atividades e sugestões metodológicas. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica.	UNID	260	R\$ 660,12	R\$ 171.631,20
7	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 3º Ano do Ensino	UNID	260	R\$ 660,12	R\$ 171.631,20



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

	<p>Fundamental, contemplando exclusivamente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, interpretação textual e resolução de problemas matemáticos.</p> <p>Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 3º ano do Ensino Fundamental, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias de ensino. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.</p>				
8	<p>Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 4º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, interpretação textual e resolução de problemas matemáticos.</p> <p>Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 4º ano do Ensino Fundamental, contemplando os componentes</p>	UNID	270	R\$ 660,12	R\$ 178.232,40



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

	curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias de ensino. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.				
9	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 5º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades voltadas à consolidação das habilidades da BNCC e preparação para avaliações externas. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 5º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias de avaliação da aprendizagem. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da	UNID	250	R\$ 660,12	R\$ 165.030,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

	aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.				
10	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 6º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com conteúdo organizados por unidades pedagógicas e atividades de interpretação textual e resolução de problemas matemáticos. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 6º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e encaminhamentos didáticos. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	UNID	160	R\$ 660,12	R\$ 105.619,20
11	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 7º Ano do Ensino	UNID	150	R\$ 660,12	R\$ 99.018,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

	Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com conteúdo progressivos voltados ao desenvolvimento das competências da BNCC. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 7º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias metodológicas. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.				
12	Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 8º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades de interpretação textual, análise linguística e resolução de problemas matemáticos. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 8º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e orientações metodológicas. Plataforma educacional digital integrada ao	UNID	165	R\$ 660,12	R\$ 108.919,80



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

	<p>material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos.</p> <p>Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.</p>				
13	<p>Material Paradidático - Ensino Fundamental - Português e Matemática 9º Ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades pedagógicas voltadas à consolidação das aprendizagens e preparação para avaliações externas. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 9º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias metodológicas para consolidação das aprendizagens. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria</p>	UNID	200	R\$ 660,12	R\$ 132.024,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

	pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.				
--	---	--	--	--	--

1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, considerando que se trata de material paradidático e recursos pedagógicos destinados ao atendimento das atividades educacionais da rede municipal de ensino.

1.3. O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será de **01 (um) ano**, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. A Ata de Registro de Preços estabelecerá as condições de fornecimento, prazos, obrigações das partes e demais regras aplicáveis à execução das futuras contratações decorrentes deste procedimento licitatório.

1.5. Caso não haja vencedor para a cota reservada destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da ampla concorrência, desde que este aceite fornecer nas mesmas condições de preço e habilitação.

1.6. Na hipótese de não haver vencedor para o lote de ampla concorrência, a Administração poderá adjudicar o objeto ao vencedor da cota reservada, desde que atendidas as exigências do edital e do Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está fundamentada no respectivo Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, o qual demonstrou a necessidade de contratação de **material paradidático estruturado**, destinado ao atendimento da Educação Infantil e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

do Ensino Fundamental I e II da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, com a finalidade de apoiar o processo de ensino-aprendizagem, fortalecer o trabalho pedagógico e contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais da rede municipal.

2.2. O Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação por meio de **Sistema de Registro de Preços** mostra-se mais adequada, considerando a possibilidade de aquisições parceladas conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, a disponibilidade orçamentária e a variação do número de matrículas ao longo do período letivo, garantindo maior economicidade, eficiência administrativa, padronização pedagógica e melhor planejamento das aquisições.

2.3. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual – **PCA**, considerando que o Município ainda se encontra em fase de consolidação do referido instrumento de planejamento. Contudo, a presente contratação está alinhada ao planejamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e às demandas educacionais da rede municipal de ensino. A contratação por meio de Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisições parceladas ao longo do exercício, conforme demanda da rede municipal de ensino e disponibilidade orçamentária, proporcionando maior eficiência administrativa, economicidade e planejamento das aquisições públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A contratação ora proposta visa atender à necessidade de disponibilização de **material paradidático estruturado e recursos pedagógicos complementares** para utilização nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, contemplando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II. A solução pedagógica deverá compreender material consumível para os estudantes, manual estruturado do professor, recursos pedagógicos complementares, formação continuada para os profissionais da educação e acesso a plataforma educacional digital integrada, com a finalidade de apoiar o planejamento docente, o desenvolvimento das atividades pedagógicas e o acompanhamento das aprendizagens dos estudantes. A adoção de material paradidático estruturado visa promover maior organização das práticas pedagógicas, padronização mínima entre as unidades escolares, fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e melhoria do acompanhamento pedagógico pela Secretaria Municipal de Educação.

3.2. O ciclo de vida do objeto contempla as etapas de planejamento, contratação, fornecimento dos materiais, distribuição às unidades escolares, utilização pedagógica ao longo do ano letivo,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

acompanhamento pedagógico, formação continuada dos professores, suporte técnico-pedagógico durante a execução da solução educacional e eventual reposição de materiais, quando necessário.

3.3. De forma detalhada, o ciclo de vida do objeto compreende:

- Produção, fornecimento e entrega do material paradidático consumível para os estudantes, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- Fornecimento de manual do professor correspondente ao material do aluno, contendo orientações pedagógicas, metodológicas e instrumentos de acompanhamento da aprendizagem;
- Disponibilização de recursos pedagógicos complementares e plataforma educacional digital integrada, quando previstos na solução educacional ofertada;
- Realização de formação pedagógica inicial para os professores e equipe pedagógica da rede municipal, visando a correta utilização do material;
- Realização de formações pedagógicas continuadas e acompanhamento técnico-pedagógico durante a execução do objeto;
- Utilização do material ao longo do ano letivo nas unidades escolares da rede municipal;
- Acompanhamento e monitoramento pedagógico pela Secretaria Municipal de Educação;
- Encerramento do ciclo ao final do período letivo, com avaliação dos resultados pedagógicos e planejamento para ciclos futuros.
- A solução pedagógica deverá ser apresentada de forma integrada, contemplando material do aluno, manual do professor, avaliações pedagógicas, plataforma educacional digital, formação de professores e suporte técnico-pedagógico, sendo vedada a apresentação de materiais isolados que não componham solução educacional completa, conforme especificações deste Termo de Referência.

4.1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação são aqueles definidos no **item 4** do Estudo Técnico Preliminar, devendo a solução educacional ofertada atender integralmente às especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas, contemplando material paradidático estruturado para alunos, manual do professor, recursos pedagógicos complementares, formação pedagógica e suporte técnico-pedagógico.

Sustentabilidade

4.2. A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, tais como:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

- 4.2.1. Utilização de papel proveniente de manejo florestal sustentável ou material certificado, quando aplicável;
- 4.2.2. Impressão com tintas e processos gráficos que reduzam impactos ambientais;
- 4.2.3. Materiais com boa durabilidade gráfica e de encadernação, evitando reposições desnecessárias e desperdício de recursos públicos;
- 4.2.4. Preferência por soluções que incluam recursos digitais ou plataforma educacional, contribuindo para redução de impressões complementares;
- 4.2.5. Cumprimento da legislação ambiental, trabalhista e previdenciária por parte da empresa contratada.

Subcontratação

- 4.3. **Não será admitida** a subcontratação total do objeto, podendo ser admitida apenas a subcontratação de serviços acessórios, como logística de entrega, impressão gráfica ou suporte tecnológico, desde que não haja transferência da responsabilidade integral pela execução do contrato, permanecendo a contratada como responsável perante a Administração.
- 4.4. O contrato estabelecerá, quando necessário, as regras aplicáveis à subcontratação, observando a legislação vigente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos materiais será de até **15 (quinze) dias**, contados a partir da emissão da Nota de Empenho ou documento equivalente, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.
- 5.2. Os materiais deverão ser entregues na **Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, localizada na Rua Fortaleza, nº 1160, Setor 14 ou em local indicado pela Administração, devidamente organizados por etapa de ensino e ano escolar, acompanhados das respectivas notas fiscais.
- 5.3. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, com qualidade gráfica adequada, encadernação resistente, legibilidade e organização conforme especificações do Termo de Referência.

Formação Pedagógica e Suporte Técnico

- 5.4. A empresa contratada deverá disponibilizar **formação pedagógica inicial** para os professores e equipe pedagógica da rede municipal, visando a correta utilização do material paradidático.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

5.5. A contratada deverá realizar **formações pedagógicas continuadas**, previstas ao longo da execução contratual, em quantidade mínima de **04 (quatro) formações durante a vigência da contratação**, podendo ser presenciais ou on-line, conforme cronograma a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação.

5.6. A contratada deverá disponibilizar **suporte técnico-pedagógico** durante todo o período de utilização do material, com canal de atendimento para orientação aos professores e equipe pedagógica.

Plataforma Educacional

5.7. Quando previsto na solução educacional ofertada, a contratada deverá disponibilizar **plataforma educacional digital**, com acesso para professores e equipe pedagógica, contendo recursos pedagógicos complementares, avaliações, relatórios e ferramentas de acompanhamento da aprendizagem.

Substituição de Materiais

5.8. Os materiais que apresentarem defeitos de fabricação, falhas de impressão, páginas faltantes ou qualquer problema que comprometa sua utilização deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de **10 (dez) dias** após a solicitação.

Amostras

5.9. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, amostras do material ofertado, incluindo material do aluno, manual do professor, recursos pedagógicos complementares, bem como realizar demonstração da plataforma educacional digital e apresentar o plano de formação pedagógica e suporte técnico-pedagógico previsto para atendimento da rede municipal de ensino, para avaliação técnica pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

5.10. A avaliação técnica das amostras, da plataforma educacional e do plano de formação pedagógica será realizada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, que verificará a conformidade da solução educacional com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.11. O não atendimento às especificações técnicas e pedagógicas implicará na desclassificação da proposta.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com o Termo de Referência, com a proposta da contratada e com



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro formal por apostilamento.

6.3. As comunicações entre a Secretaria Municipal de Educação e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, podendo ser utilizado meio eletrônico oficial (e-mail) para registro das solicitações, notificações e demais comunicações administrativas.

6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para reuniões de alinhamento, acompanhamento da execução do objeto, avaliação pedagógica, planejamento de formações e demais providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar a empresa contratada para reunião inicial de alinhamento, na qual serão apresentadas as diretrizes de execução, cronograma de entrega dos materiais, cronograma das formações pedagógicas, disponibilização da plataforma educacional, procedimentos de acompanhamento e fiscalização contratual, bem como as responsabilidades das partes e eventuais sanções aplicáveis.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. A fiscalização contratual abrangerá a verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto:

- à entrega dos materiais paradidáticos nos prazos estabelecidos;
- à qualidade gráfica e organização dos materiais fornecidos;
- ao fornecimento dos manuais do professor;
- à realização das formações pedagógicas previstas;
- à disponibilização e funcionamento da plataforma educacional digital, quando prevista;
- ao suporte técnico-pedagógico durante a execução do contrato;
- ao atendimento das solicitações da Secretaria Municipal de Educação.

6.8. O fiscal do contrato registrará todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, podendo solicitar substituição de materiais, ajustes na execução das formações pedagógicas ou outras providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

6.9. O recebimento dos materiais será realizado em duas etapas:

I – Recebimento provisório, no ato da entrega, para conferência dos quantitativos e condições dos materiais;

II – Recebimento definitivo, após verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas no Termo de Referência.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, verificando o cumprimento de todas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no contrato e na proposta da contratada, de modo a assegurar a correta execução do objeto e os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando eventuais falhas, atrasos na entrega dos materiais, problemas de qualidade gráfica, descumprimento de prazos de formação pedagógica, falhas na disponibilização da plataforma educacional ou qualquer outra irregularidade relacionada ao objeto contratado.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade na execução do contrato, o fiscal técnico notificará formalmente à contratada para que proceda à correção, estabelecendo prazo para regularização.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência de fatos que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as medidas administrativas cabíveis.

6.7.4. Nos casos de ocorrências que possam comprometer o cumprimento dos prazos de entrega dos materiais, das formações pedagógicas ou da disponibilização dos recursos educacionais previstos, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, com antecedência mínima razoável, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, para que a Administração avalie a necessidade de nova contratação, prorrogação da Ata de Registro de Preços ou realização de novo procedimento licitatório.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato será responsável por acompanhar os aspectos administrativos da execução contratual, especialmente quanto à manutenção das condições de habilitação da contratada, ao acompanhamento do empenho, pagamento, eventuais glosas, apostilamentos e termos aditivos,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

quando houver, solicitando à contratada os documentos comprobatórios necessários sempre que entender pertinente.

6.8.1. O fiscal administrativo deverá verificar, durante toda a execução do contrato, se a contratada mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, podendo solicitar, a qualquer momento, a apresentação de certidões e documentos comprobatórios.

6.8.2. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato deverá comunicar imediatamente o gestor do contrato, para que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis, inclusive aplicação de penalidades, quando for o caso.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato será responsável por coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, mantendo atualizado o histórico de gerenciamento do contrato, contendo todos os registros formais da execução, tais como ordens de fornecimento, registros de ocorrências, alterações contratuais e eventuais prorrogações.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo, verificando todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, comunicando à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual, para fins de empenho, liquidação e pagamento da despesa, registrando eventuais problemas que impeçam o regular andamento do processo de pagamento.

6.12. O gestor do contrato emitirá relatório de avaliação da execução contratual, com base nas informações prestadas pelos fiscais do contrato, indicando o cumprimento das obrigações contratuais, o desempenho da contratada na execução do objeto, eventuais ocorrências registradas e penalidades aplicadas, quando houver.

6.13. O gestor do contrato deverá adotar as providências necessárias para a abertura de processo administrativo de responsabilização, quando houver descumprimento contratual, visando à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

6.14. Ao final da execução contratual, o gestor do contrato elaborará relatório final contendo avaliação quanto ao atendimento dos objetivos da contratação, à qualidade dos materiais fornecidos, à execução das formações pedagógicas e ao suporte técnico-pedagógico prestado, indicando, se necessário, recomendações para futuras contratações.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

6.15. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor responsável para fins de liquidação e pagamento, conforme os serviços executados e materiais entregues, devidamente atestados pela fiscalização.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de quatro dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, mediante REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, sob demanda da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, devendo a contratada fornecer integralmente a solução pedagógica correspondente ao lote solicitado, não sendo admitido o fornecimento parcial dos componentes da solução educacional..

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.20. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. A aquisição deste objeto é considerada de baixa complexidade, não envolvendo riscos significativos para a administração pública, tratando-se de contratação com entrega imediata, o que



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

justifica a dispensa da exigência do balanço patrimonial, conforme previsto no art. 70, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021, também pode ampliar a participação de fornecedores no processo de contratação, favorecendo a competitividade e a obtenção de preços mais vantajosos para a administração pública.

Qualificação Técnica

8.23. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

- a) Declaração de que o material paradidático e os recursos pedagógicos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Catálogo, manual, descritivo técnico ou material informativo que permita a avaliação das características pedagógicas e técnicas do material paradidático ofertado, incluindo material do aluno, manual do professor, recursos pedagógicos complementares, formação pedagógica e plataforma educacional, quando houver;
- c) **Para o lote 1:** Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de material Paradidático, sistemas de ensino ou soluções educacionais compatíveis com o objeto desta licitação; Será considerada como parcela de maior relevância e valor significativo a execução correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do valor estimado.
- e) Declaração de que possui equipe técnica e pedagógica apta a realizar as formações pedagógicas e o acompanhamento técnico-pedagógico previstos no objeto da contratação;
- f) Declaração de que disponibilizará suporte técnico-pedagógico, formações pedagógicas e, quando previsto, plataforma educacional digital durante a execução do contrato;
- g) A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da convocação, **amostras do material paradidático ofertado**, incluindo material do aluno, manual do professor e recursos pedagógicos complementares, para avaliação técnica pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
- h) As amostras serão avaliadas quanto à conformidade com as especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas neste Termo de Referência, podendo a proposta ser **desclassificada** caso o material não atenda aos requisitos exigidos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é **de R\$ 1.863.093,78 (um milhão, oitocentos e sessenta e três mil, noventa e três reais e setenta e oito centavos.)**, conforme custos unitários apostos na pesquisa de preço anexa, realizada com base no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente de eventual contratação ocorrerá por conta dos recursos consignados à Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste pela Lei Orçamentária Anual, cuja dotação orçamentária será indicada na efetivação da contratação, a teor do que dispõe o §6 do Art. 69 do Decreto Municipal 1538/2023.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Caberá à CONTRATANTE:

11.1.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual por intermédio do fiscal designado anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

11.1.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO relativos à execução do objeto da contratação;

11.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

11.1.4. Assegurar que os produtos descritos neste instrumento somente sejam entregues unicamente pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;

11.1.5. Realizar rigorosa conferência das características dos itens fornecidos por meio da Comissão de Recebimento designada ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou da parte da entrega a que se referirem;

11.1.6. Rejeitar no todo ou em parte bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;

11.1.7. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;

11.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;

11.1.9. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

11.1.10. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no instrumento Convocatório.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Caberá à CONTRATADA:

12.1.1. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigida no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

12.1.2. Proceder a entrega dos bens, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente para conferência;

12.1.3. Entregar os bens adquiridos sempre dentro dos prazos de validades legais;

12.1.4. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

12.1.5. Atender prontamente às solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

12.1.6. Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;

12.1.7. Ter responsabilidade objetiva pelos serviços realizados, empregado funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventual substituição do preposto indicado;

12.1.8. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;

12.1.9. Responder pelos danos, de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação ou de omissão dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

12.1.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios defeitos ou incorreções;

12.1.11. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

12.1.12. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens inclusive licença em repartições públicas e registros se necessário;

12.1.13. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

12.1.14. Responder pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Educação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Secretaria;

12.1.15. Comunicar à administração da secretaria, por escrito qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

12.1.16. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em instrumento Convocatório.

12.1.17. Apresentar na entrega do objeto a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART em relação a sua fabricação.

12.1.18. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4. Multa:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

14.1. Nos termos do inciso III do Art. 49 da Lei Complementar 123/2006 será concedido os benefícios que tratam os Arts. 47 e 48 desta Lei.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Elaborado com informações fornecidas pela secretaria Municipal
de Educação - por: Luiz Alberto Vicente Ferreira - Técnico em
Informática, Matrícula 2534.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Nova Brasilândia D'Oeste - RO, 14 de abril de 2026.

Aprovado por:

(Assinado Eletronicamente)
JAIRO JOSÉ DOS SANTOS AMORIM
Secretário Municipal de Educação
Portaria 010/2025

(Assinado Eletronicamente)
Clodoaldo Alves Pedroso
Prefeito



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

*“OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **material paradidático estruturado**, destinado ao atendimento da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e II (6º ao 9º ano) da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, para o ano letivo de 2026, compreendendo material consumível do aluno, manual do professor correspondente, bem como recursos pedagógicos complementares, incluindo suporte pedagógico, formação continuada de professores e acesso a plataforma educacional digital integrada, conforme especificações a serem estabelecidas no Termo de Referência.”*

1 – INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como finalidade subsidiar o planejamento da contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de **material paradidático estruturado**, destinado ao atendimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, para o ano letivo de 2026.

A iniciativa visa assegurar a disponibilização de **recursos pedagógicos complementares estruturados**, atualizados e alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contribuindo para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, para a consolidação de práticas pedagógicas mais organizadas e para a promoção de maior uniformidade metodológica entre as unidades escolares da rede municipal.

A definição dos requisitos do **material paradidático** decorre de diagnóstico técnico-pedagógico realizado pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, com a participação de gestores e docentes da rede municipal de ensino, conforme registrado em ata de avaliação pedagógica de materiais educacionais. Tal procedimento permitiu identificar as características pedagógicas e metodológicas mais adequadas à realidade da rede municipal, servindo como referência para a definição das especificações técnicas que deverão orientar a elaboração do Termo de Referência.

Este Estudo Técnico Preliminar constitui a fase inicial do planejamento da contratação, demonstrando a necessidade da solução pretendida, sua adequação pedagógica, os requisitos técnicos





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

mínimos e a viabilidade administrativa da futura contratação, além de subsidiar a elaboração do **Termo de Referência** e dos demais documentos que instruirão o processo administrativo, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público.

2 – NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A educação pública municipal exige planejamento pedagógico contínuo e decisões administrativas fundamentadas em diagnósticos reais da rede de ensino, especialmente no que se refere à oferta de **material paradidático**, elemento relevante para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem. A disponibilização de recursos pedagógicos não se limita ao fornecimento de insumos educacionais, mas integra um conjunto de ações voltadas à garantia do direito à aprendizagem, conforme assegurado pelo art. 205 da Constituição Federal e pelos arts. 2º, 3º e 23 da Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

No contexto da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, a Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação realiza acompanhamento sistemático das unidades escolares, envolvendo visitas pedagógicas, reuniões com equipes gestoras, análise de registros escolares, resultados de avaliações internas e observações do desenvolvimento das turmas ao longo do ano letivo. A partir desse acompanhamento, foram identificadas fragilidades recorrentes relacionadas à ausência de **material paradidático estruturado e alinhado à proposta curricular municipal**, situação que impacta diretamente o planejamento docente e a progressão das aprendizagens dos estudantes.

Na prática pedagógica cotidiana, a utilização de materiais distintos entre turmas e escolas, muitas vezes elaborados de forma pontual ou adquiridos isoladamente, compromete a unidade pedagógica da rede. Os docentes acabam dedicando tempo significativo à adaptação de conteúdos, à produção de atividades complementares e à reorganização de sequências didáticas, dificultando a padronização mínima necessária ao acompanhamento pedagógico e à implementação de ações formativas coerentes por parte da Secretaria Municipal de Educação.

Na Educação Infantil, identificou-se a necessidade de **materiais paradidáticos organizados conforme os princípios do desenvolvimento integral da criança**, observando os campos de experiências estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A inexistência de recursos estruturados por campos de experiências dificulta a intencionalidade pedagógica das práticas desenvolvidas em sala de aula,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

limitando o planejamento de propostas que articulem ludicidade, exploração, interação e aprendizagem de forma sistematizada.

No Ensino Fundamental I, especialmente nos anos iniciais, as demandas pedagógicas tornam-se ainda mais evidentes. A análise das avaliações internas e o acompanhamento das turmas em processo de alfabetização demonstraram a necessidade de fortalecimento das práticas de letramento e da consolidação das habilidades essenciais em **Língua Portuguesa e Matemática**, competências fundamentais para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Tal constatação encontra respaldo nas Matrizes de Referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que orientam as competências esperadas para essa etapa de ensino.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a necessidade de **material paradidático estruturado** relaciona-se à progressão das aprendizagens, à articulação entre componentes curriculares e ao desenvolvimento de competências como interpretação, argumentação, resolução de problemas e pensamento crítico. A ausência de organização metodológica integrada dificulta o trabalho interdisciplinar, a contextualização dos conteúdos e a preparação dos estudantes para avaliações externas e etapas educacionais subsequentes.

Outro aspecto relevante refere-se ao acompanhamento da aprendizagem. A avaliação educacional deve ser compreendida como processo contínuo, diagnóstico e formativo. Entretanto, a inexistência de materiais pedagógicos que integrem **instrumentos de avaliação diagnóstica, acompanhamento pedagógico e recursos metodológicos estruturados** limita a capacidade da rede de monitorar o desempenho dos estudantes, identificar defasagens de forma tempestiva e planejar intervenções pedagógicas adequadas.

Adicionalmente, a experiência prática demonstra que a simples disponibilização de livros não é suficiente para garantir resultados educacionais consistentes. Torna-se necessário que a solução pedagógica contemple **manual do professor estruturado, orientações metodológicas claras, instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e suporte pedagógico à implementação**, incluindo formação continuada, acompanhamento técnico e disponibilização de recursos educacionais digitais, de modo a assegurar coerência na aplicação do material e fortalecimento das práticas docentes.

Importa destacar que o Plano Nacional de Educação estabelece como diretriz a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase na aprendizagem e na redução das desigualdades educacionais. Para que tais objetivos sejam alcançados no âmbito municipal, é indispensável o investimento em **recursos pedagógicos complementares estruturados**, alinhados às políticas educacionais vigentes, ao Plano Municipal de Educação e à realidade concreta das escolas da rede.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Diante desse cenário, a contratação de **material paradidático estruturado e recursos pedagógicos complementares** apresenta-se como necessidade real, contínua e estrategicamente planejada, voltada ao fortalecimento das práticas pedagógicas, à organização do trabalho docente, à consolidação de uma identidade pedagógica própria da rede municipal e à promoção da equidade educacional, assegurando melhores condições de ensino e aprendizagem aos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, contribuindo ainda para o aprimoramento dos indicadores educacionais da rede municipal, tais como desempenho em avaliações internas e externas, incluindo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), SAERO e, consequentemente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

3 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO (PCA)

O Município encontra-se em fase de consolidação do Plano Anual de Contratações (PCA). Ainda assim, a presente demanda integra o planejamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação para o exercício de 2026, estando alinhada ao calendário escolar e às metas educacionais estabelecidas para o ano letivo.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos Internos (Técnicos e Pedagógicos)

- a. O material didático a ser contratado deverá atender integralmente às especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, observando adequação às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II da Rede Municipal de Ensino, bem como alinhamento à Proposta Curricular Municipal e à Base Nacional Comum Curricular – BNCC.
- b. Deverá apresentar organização pedagógica clara, progressiva e compatível com a faixa etária atendida, contemplando conteúdos, habilidades e competências previstos para cada ano de escolaridade, favorecendo a continuidade das aprendizagens e o planejamento pedagógico intencional por parte dos docentes.
- c. Os materiais destinados aos estudantes deverão ser consumíveis, de uso individual, em quantitativo suficiente para atender a totalidade dos alunos matriculados, assegurando equidade no acesso aos recursos pedagógicos e regular desenvolvimento das atividades ao longo do ano letivo.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

- d. O material destinado aos professores deverá conter manual estruturado com orientações metodológicas, encaminhamentos didáticos, estratégias de avaliação e referência explícita às habilidades previstas na BNCC e às Matrizes de Referência do SAEB, de modo a subsidiar o planejamento, a execução das aulas e o acompanhamento da aprendizagem.
- e. A solução pedagógica deverá contemplar, como parte integrante do objeto, suporte técnico-pedagógico à rede municipal, incluindo formação inicial para implementação do material, orientações de uso e acompanhamento formativo durante sua execução, com vistas a assegurar coerência metodológica e efetividade na aplicação da proposta didática.
- f. Eventuais materiais complementares ou recursos pedagógicos adicionais deverão estar vinculados à proposta principal, mantendo coerência metodológica e alinhamento aos objetivos educacionais definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- g. A empresa contratada deverá garantir a entrega integral do material dentro dos prazos estabelecidos, em perfeitas condições de uso, observando padrões adequados de qualidade gráfica, encadernação, legibilidade e durabilidade, assegurando sua utilização durante todo o ano letivo.
- h. A contratada será responsável pela logística de entrega, incluindo transporte, descarga e conferência dos materiais nas unidades escolares ou local indicado pela Secretaria Municipal de Educação, sem ônus adicional à Administração.
- i. Não serão admitidos materiais desatualizados, descontinuados ou incompatíveis com as diretrizes curriculares vigentes, devendo os produtos ofertados atender integralmente às exigências pedagógicas definidas a partir do diagnóstico técnico realizado pela Coordenação Pedagógica da rede municipal.
- j. Para fins de verificação da conformidade técnica e pedagógica, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da convocação, **amostras do material paradidático ofertado**, incluindo material do aluno, manual do professor e eventuais recursos pedagógicos complementares.
- k. As amostras serão avaliadas pela **equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação**, que verificará a compatibilidade do material com as especificações técnicas e pedagógicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, podendo a proposta ser **desclassificada em caso de não atendimento aos requisitos exigidos**.

4.2 Requisitos Externos (Legais e Normativos)





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

- a. A contratação observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto às etapas de planejamento da contratação, definição do objeto e execução contratual.
- b. Deverá estar em conformidade com a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o Plano Nacional de Educação e com as Matrizes de Referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, no que couber.
- c. Serão igualmente observadas as orientações dos órgãos de controle, especialmente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, bem como demais normas aplicáveis à correta utilização dos recursos públicos, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

5 – JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

A definição da solução a ser contratada decorre de diagnóstico técnico-pedagógico realizado pela Secretaria Municipal de Educação, a partir do acompanhamento das unidades escolares da rede municipal de ensino, considerando as necessidades educacionais identificadas ao longo do desenvolvimento das atividades pedagógicas.

A análise realizada pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação evidenciou a necessidade de disponibilização de **material paradidático estruturado**, capaz de apoiar o trabalho docente, organizar as práticas pedagógicas e fortalecer o processo de ensino-aprendizagem nas diferentes etapas da Educação Básica atendidas pela rede municipal.

Nesse contexto, verificou-se que a adoção de **recursos pedagógicos estruturados e organizados por etapa e ano escolar** pode contribuir para maior sistematização das práticas educativas, favorecendo o planejamento das aulas, o acompanhamento das aprendizagens e a progressão das habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para a Educação Infantil, observa-se a necessidade de materiais organizados conforme os campos de experiências estabelecidos na BNCC, com propostas pedagógicas adequadas às faixas etárias atendidas e voltadas ao desenvolvimento integral da criança.

No Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais, destaca-se a necessidade de fortalecimento das práticas de alfabetização, leitura, interpretação textual e raciocínio lógico, competências essenciais ao desenvolvimento educacional dos estudantes.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a utilização de material paradidático estruturado pode contribuir para o aprofundamento das habilidades previstas na BNCC, bem como para o





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

acompanhamento pedagógico do desempenho dos estudantes, especialmente nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

Dessa forma, entende-se que a contratação de **material paradidático estruturado, acompanhado de manual do professor, recursos pedagógicos complementares e suporte técnico-pedagógico**, apresenta-se como solução adequada para atender às necessidades educacionais da rede municipal, contribuindo para o fortalecimento das práticas pedagógicas e para a melhoria do acompanhamento da aprendizagem dos estudantes.

Assim, a realização do procedimento licitatório permitirá que diferentes fornecedores apresentem soluções educacionais compatíveis com as necessidades da rede municipal, possibilitando à Administração selecionar a proposta mais vantajosa e adequada ao interesse público.

6 – ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS / LEVANTAMENTO DE MERCADO

MATERIAL PARADIDÁTICO - SEMED						
Item	Etapa / Ano	Descrição Técnica do Material	Un id.	Qu ant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Educação Infantil – Creche II	Material didático estruturado para Educação Infantil – Creche II, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), contendo atividades pedagógicas lúdicas e progressivas voltadas ao desenvolvimento cognitivo, social, motor e emocional da criança. A solução deverá contemplar material do aluno, manual do professor, recursos pedagógicos complementares e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões	Un	55	R\$ 420,00	R\$ 23.100,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

		de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.				
2	Educação Infantil – Creche III	Material didático estruturado para Educação Infantil – Creche III, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da BNCC, contendo atividades pedagógicas progressivas, recursos visuais e propostas didáticas adequadas à faixa etária, contemplando material do aluno, manual do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações	Un .	113	R\$ 578,70	R\$ 65.393,10





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

		relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.				
3	Educação Infantil – Pré I	Material didático estruturado para Educação Infantil – Pré I, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da BNCC, contendo atividades voltadas ao desenvolvimento da linguagem, coordenação motora, raciocínio lógico e socialização, incluindo material do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.	Un .	192	R\$ 737,00	R\$ 141.504,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

4	Educação Infantil – Pré II	Material didático estruturado para Educação Infantil – Pré II, composto por material consumível do aluno, organizado conforme os campos de experiências da BNCC, contendo atividades pedagógicas que favoreçam a preparação para o processo de alfabetização, incluindo material do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático da Educação Infantil, contendo orientações pedagógicas, planejamento das atividades, encaminhamentos metodológicos e sugestões de aplicação das atividades alinhadas aos campos de experiências da BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.	Un .	286	R\$ 833,40	R\$ 238.352,40
---	----------------------------	---	------	-----	------------	----------------





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

5	Ensino Fundamental – 1º Ano	Material didático estruturado para o 1º ano do Ensino Fundamental, destinado ao processo de alfabetização, composto por material consumível do aluno, com abordagem sistematizada para o desenvolvimento da leitura e escrita, contemplando atividades de consciência fonológica, formação de palavras, leitura e produção textual, alinhadas à BNCC, incluindo material do professor e suporte pedagógico. Manual do professor correspondente ao material didático do 1º ano do Ensino Fundamental, contendo orientações pedagógicas para o processo de alfabetização, planejamento das aulas, respostas comentadas das atividades e estratégias metodológicas alinhadas à BNCC. Prestação de serviços de formação pedagógica e acompanhamento técnico para professores e equipe pedagógica da rede municipal, incluindo formação inicial para implantação do material didático, formação continuada, reuniões pedagógicas e orientações metodológicas para utilização da solução educacional. PORTAL EDUCACIONAL, a empresa contratada deverá manter durante a vigência do contrato, um portal na internet oferecendo serviços e informações relacionada ao universo educacional para todos os profissionais e outras partes envolvidas no processo de ensino.	Un .	335	R\$ 899,00	R\$ 301.165,00
---	-----------------------------	--	------	-----	------------	----------------





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

6	Ensino Fundamental – 2º Ano	<p>Material paradidático estruturado para o 2º ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades voltadas ao desenvolvimento da leitura, interpretação textual e raciocínio lógico, alinhadas à BNCC. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 2º ano do Ensino Fundamental, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas das atividades e sugestões metodológicas. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica.</p>	Un .	260	R\$ 758,75	R\$ 197.275,00
---	-----------------------------	---	------	-----	------------	----------------





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

7	Ensino Fundamental – 3º Ano	Material paradidático estruturado para o 3º ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, interpretação textual e resolução de problemas matemáticos. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 3º ano do Ensino Fundamental, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias de ensino. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	Un .	260	R\$ 758,75	R\$ 197.275,00
---	-----------------------------	--	------	-----	------------	----------------





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

8	Ensino Fundamental – 4º Ano	Material paradidático estruturado para o 4º ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, interpretação textual e resolução de problemas matemáticos. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 4º ano do Ensino Fundamental, contemplando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias de ensino. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	Un .	270	R\$ 758,75	R\$ 204.862,50
---	-----------------------------	--	------	-----	------------	----------------





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

9	Ensino Fundamental – 5º Ano	Material paradidático estruturado para o 5º ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades voltadas à consolidação das habilidades da BNCC e preparação para avaliações externas. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 5º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias de avaliação da aprendizagem. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	Un .	250	R\$ 758,75	R\$ 189.687,50





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

10	Ensino Fundamental – 6º Ano	<p>Material paradidático estruturado para o 6º ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com conteúdo organizados por unidades pedagógicas e atividades de interpretação textual e resolução de problemas matemáticos. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 6º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e encaminhamentos didáticos. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.</p>	Un	160	R\$ 758,75	R\$ 121.400,00
			.			





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

11	Ensino Fundamental – 7º Ano	Material paradidático estruturado para o 7º ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com conteúdos progressivos voltados ao desenvolvimento das competências da BNCC. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 7º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias metodológicas. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	Un	150	R\$ 758,75	R\$ 113.812,50
			.			





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

12	Ensino Fundamental – 8º Ano	Material paradidático estruturado para o 8º ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades de interpretação textual, análise linguística e resolução de problemas matemáticos. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 8º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e orientações metodológicas. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	Un .	165	R\$ 758,75	R\$ 125.193,75
----	-----------------------------	--	------	-----	------------	----------------





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

13	Ensino Fundamental – 9º Ano	Material paradidático estruturado para o 9º ano do Ensino Fundamental, contemplando exclusivamente Língua Portuguesa e Matemática, composto por material consumível do aluno, com atividades pedagógicas voltadas à consolidação das aprendizagens e preparação para avaliações externas. Acompanha material manipulativo, kits de jogos pedagógicos, games e jogos de autoaprendizagem disponíveis na plataforma. Manual do professor correspondente ao material paradidático do 9º ano do Ensino Fundamental, contemplando Língua Portuguesa e Matemática, contendo orientações pedagógicas, planejamento das aulas, respostas comentadas e estratégias metodológicas para consolidação das aprendizagens. Plataforma educacional digital integrada ao material didático, com acesso para professores, estudantes, gestores escolares e equipe pedagógica da Secretaria de Educação, contendo conteúdos digitais complementares, banco de atividades, aplicação de avaliações, correção automática, acompanhamento do desempenho dos estudantes e geração de relatórios pedagógicos. Fornecimento de instrumentos de avaliação pedagógica estruturados para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, incluindo avaliações diagnósticas periódicas e simulados alinhados às matrizes de avaliação da educação básica. Prestação de serviço de assessoria pedagógica especializada para acompanhamento da implantação e utilização do material didático na rede municipal de ensino, incluindo orientações pedagógicas, reuniões técnicas, visitas de acompanhamento e suporte à equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	Un .	200	R\$ 758,75	R\$ 151.750,00
Total Estimado					R\$ 2.070.770,	





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

75

O prazo de entrega do material didático será de até **15 (quinze) dias**, contados a partir da emissão do empenho ou documento equivalente.

Local de entrega: Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Rua Fortaleza, nº 1160, Setor 14, Nova Brasilândia D'Oeste – RO.

A estimativa de preços será realizada por meio de pesquisa de mercado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, utilizando fontes oficiais e registros públicos de contratações similares.

O valor estimado será definido a partir de análise comparativa das informações coletadas, assegurando compatibilidade com o mercado e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, de material didático estruturado destinado ao atendimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, conforme quantitativos e especificações definidos neste Estudo Técnico Preliminar e a serem detalhados no Termo de Referência.

O material deverá compreender coleções pedagógicas organizadas por etapa e ano de escolaridade, contemplando livros consumíveis para os estudantes e material específico para os professores, com organização metodológica clara, progressiva e alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), à Proposta Curricular Municipal e aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares.

Na Educação Infantil, a solução deverá atender aos campos de experiências previstos na BNCC, com propostas adequadas às faixas etárias, organização sequencial das atividades e intencionalidade pedagógica voltada ao desenvolvimento integral da criança, respeitando suas dimensões cognitivas, sociais, emocionais e motoras.

Para o 1º ano do Ensino Fundamental, o material deverá contemplar abordagem estruturada para o processo de alfabetização, assegurando progressão sistemática das habilidades de leitura e escrita, organização coerente dos conteúdos e suporte efetivo ao planejamento docente.

Do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental, o material deverá apresentar organização progressiva dos componentes curriculares, especialmente Língua Portuguesa e Matemática, alinhada às





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

habilidades previstas na BNCC e às Matrizes de Referência do SAEB, favorecendo a consolidação das aprendizagens e o acompanhamento pedagógico contínuo.

A solução deverá contemplar, como parte integrante e indissociável do objeto, o fornecimento de livros consumíveis para os estudantes e material específico para o professor, composto por manual estruturado com orientações metodológicas, encaminhamentos didáticos, propostas de avaliação diagnóstica e formativa e subsídios ao planejamento pedagógico.

Deverá ainda incluir suporte técnico-pedagógico à rede municipal, compreendendo formação inicial para implementação do material didático, orientações de uso e acompanhamento formativo ao longo do período de execução, com vistas a assegurar a correta aplicação da proposta metodológica, fortalecer as práticas docentes e promover maior efetividade nos resultados de aprendizagem. Esse suporte constitui elemento essencial da solução pedagógica e deverá estar integrado à proposta apresentada pela futura contratada.

Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, observando padrões adequados de qualidade editorial, gráfica e pedagógica.

A adoção de solução estruturada possibilitará maior padronização pedagógica, facilitará o acompanhamento das práticas escolares pela Coordenação Pedagógica, fortalecerá a atuação docente e contribuirá para a continuidade das ações educacionais planejadas, reduzindo riscos de fragmentação metodológica e descontinuidade pedagógica.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, pedagogicamente consistente e administrativamente viável, atendendo às necessidades da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO.

8 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Embora o objeto envolva materiais organizados por etapa e ano escolar, a solução pedagógica possui caráter integrado, com continuidade metodológica entre as etapas de ensino e suporte pedagógico associado à sua implementação.

O parcelamento por etapas ou componentes curriculares poderia comprometer a unidade metodológica da solução e dificultar a padronização das práticas pedagógicas da rede municipal.

Dessa forma, entende-se mais adequado que o **registro de preços seja estruturado em lote único**, permitindo o registro de soluções pedagógicas integradas e assegurando maior eficiência na gestão e execução da futura contratação.

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Não há contratações interdependentes diretamente relacionadas ao presente processo, dessa forma, a contratação proposta **não depende de outras aquisições ou serviços específicos**.

10 – BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação de **material paradidático estruturado**, fundamentada em diagnóstico pedagógico da rede municipal, tem como objetivo fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, melhorar a organização do trabalho docente e contribuir para o aprimoramento dos indicadores educacionais do Município.

No curto prazo, espera-se maior organização das práticas pedagógicas em sala de aula, com materiais alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Proposta Curricular Municipal, proporcionando maior segurança metodológica aos docentes e apoio ao desenvolvimento das aprendizagens essenciais.

No médio prazo, a utilização de recursos pedagógicos estruturados tende a contribuir para o melhor desempenho dos estudantes em avaliações internas e externas, especialmente aquelas alinhadas às Matrizes de Referência do SAEB, bem como para o acompanhamento mais eficiente das aprendizagens.

No longo prazo, a iniciativa poderá favorecer a consolidação de práticas pedagógicas mais organizadas na rede municipal, fortalecendo a gestão educacional, a atuação docente e contribuindo para a melhoria gradual dos indicadores educacionais, incluindo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Dessa forma, a contratação representa investimento estratégico na política pública educacional do Município, voltado à melhoria das condições de ensino e aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO.

11 – VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Após a análise dos aspectos técnicos, pedagógicos, administrativos e legais, conclui-se que a presente contratação mostra-se **viável, necessária e adequada** para atender às demandas da Rede Municipal de Ensino de Nova Brasilândia D'Oeste – RO.

Do ponto de vista pedagógico, a necessidade da contratação está fundamentada em diagnóstico técnico realizado pela Secretaria Municipal de Educação, com participação da equipe pedagógica da rede municipal, que identificou a importância da utilização de **material paradidático estruturado** como apoio ao desenvolvimento das práticas pedagógicas e ao fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Proposta Curricular Municipal.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Sob o aspecto técnico-operacional, a contratação mostra-se exequível, considerando a definição dos quantitativos estimados, a organização do fornecimento por etapa de ensino e a compatibilidade dos prazos de entrega com o planejamento do ano letivo.

No âmbito jurídico-administrativo, a contratação poderá ser realizada por meio de regular procedimento licitatório, com definição clara do objeto, especificações técnicas adequadas e pesquisa de preços compatível com o mercado, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

Dessa forma, conclui-se pela **viabilidade da contratação**, recomendando-se a continuidade do processo administrativo com a adoção das providências necessárias à realização do procedimento licitatório.

Nova Brasilândia D'Oeste (data de assinatura eletrônica)

(Assinado Eletronicamente)
JAIRO JOSÉ DOS SANTOS AMORIM
Secretário Municipal de Educação
Portaria 010/2025

(Assinado Eletronicamente)
Valquiria Alves de Farias
Setor Pedagógico
Mat. 4274

(Assinado Eletronicamente)
Suellem Silva Alves
Diretora Pedagógica

(Assinado Eletronicamente)
Kelly Rodrigues da Silva Ermita
Setor Pedagógico





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

MAPA DE RISCO				
Categoria do Risco	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Estratégia de Tratamento
Fornecimento	Eventual atraso pontual na entrega do material didático, podendo impactar o cronograma de distribuição às unidades escolares.	Baixa	Médio	Definição clara de prazo contratual; acompanhamento do cronograma de entrega; comunicação prévia com o fornecedor para ajustes operacionais.
Qualidade do Material	Entrega de material em desacordo com as especificações pedagógicas e editoriais definidas no Termo de Referência.	Baixa	Médio	Conferência quantitativa e qualitativa no ato do recebimento; verificação de conformidade com a proposta apresentada; registro formal de eventuais inconformidades.
Logístico	Ocorrência de avarias pontuais no transporte ou armazenamento do material didático.	Baixa	Baixo	Exigência de transporte adequado; inspeção no recebimento; substituição imediata de itens danificados, quando necessário.
Orçamentário / Financeiro	Necessidade de adequação do cronograma de pagamento à execução orçamentária do exercício.	Baixa	Baixo	Planejamento prévio da despesa; vinculação à dotação orçamentária disponível; acompanhamento pela área financeira.
Operacional (Distribuição Interna)	Dificuldades pontuais na distribuição do material às unidades escolares.	Baixa	Baixo	Planejamento logístico interno; definição prévia de responsáveis; cronograma de entrega às escolas.
Pedagógico	Adaptação inicial dos docentes à utilização do material didático adotado.	Baixa	Baixo	Orientações pedagógicas por meio dos manuais do professor; acompanhamento da Coordenação Pedagógica; apoio técnico durante a implementação.
Legal / Contratual	Necessidade de ajustes formais na documentação contratual.	Baixa	Médio	Conferência prévia da documentação; acompanhamento pela assessoria jurídica e controle interno; observância integral da Lei nº 14.133/2021.

